

A inovação tecnológica na atuação do MP brasileiro

O primeiro painel do dia teve como tema 'A estrutura institucional e administrativa do Ministério Público brasileiro em face da era digital e a sociedade interconectada. Possibilidades oferecidas pela disrupção tecnológica'. Mediados pela subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do MPRS, Angela Salton Rotunno, os conselheiros do CNMP Sebastião Vieira Caixeta e Silvio Oliveira de Amorim Junior, o PGJ do MPMG, Jarbas Soares Júnior, e o primeiro vice-presidente da CONAMP, Tarcísio José Sousa Bonfim, discutiram de que forma os avanços tecnológicos devem influenciar a atuação do MP.

Sebastião Vieira Caixeta lembrou que as novas tecnologias implicam novas formas de comunicação e negócio, e trazem benefícios como o aumento da produtividade, redução de custos e agilidade na tomada de decisões. O conselheiro do CNMP lembrou, porém, dos desafios impostos, como o alto custo, adaptação a mudanças, necessidade de oferecimento de mais serviços e inovação constante. "Essa dinâmica impõe um novo relacionamento com tecnologias existentes e isso é cada vez mais presente no MP brasileiro. Temos a necessidade de nos situar nesse contexto a partir das nossas características próprias, de uma instituição com desenho constitucional próprio", destacou.

Silvio Oliveira de Amorim Junior ressaltou que o MP precisa se mostrar relevante a partir da digitalização atual, e precisa aprender a lidar com as inovações em um mundo cada vez mais complexo em termos de relações sociais, em intensa revolução tecnológica. "Nos acostumamos a pensar que ter informação era ter uma vantagem e tenho impressão de que isso se tornou ultrapassado. A informação em si é um dado. Como gerar conhecimento através da informação é o desafio. Informação não é poder. O conhecimento é poder. Possibilidades que temos a partir do uso da informação nos geram o poder", afirmou o conselheiro do CNMP.

Em sua fala, o PGJ do MPMG destacou a necessidade de modernização constante da instituição perante os desafios modernos. "Os procuradores-gerais de Justiça vivem em um mundo de mais incertezas do que certezas, e temos que tomar decisões agora. O CNMP nos fornece bancos de projetos e diretrizes, mas temos que tomar decisões. Temos que ter rapidez, conexões e apresentar resultados. Temos que olhar o que tem nas instituições jurídicas, escritórios de advocacia, o que está pensando quem está prospectando esse mundo do futuro. E temos que saber como serão as nossas futuras conexões com a advocacia, com o Poder Público e com o cidadão", disse Jarbas Soares Júnior.

Encerrando o painel, Tarcísio José Sousa Bonfim lembrou que os novos recursos não devem, necessariamente, substituir a interação com o cidadão. "Nós devemos ser uma instituição mais célere, eficiente e proativa, mas, sobretudo, sempre próxima da população. Não podemos esquecer da parcela da sociedade que permanece em vulnerabilidade digital. A redefinição de nossa atuação terá que manter as atividades cuja presença física é imprescindível. O DNA da nossa instituição é de sentimento, proximidade com o cidadão e humanidade. Temos que utilizar os dois modelos, construindo um modelo híbrido, que atenda a necessidade de garantir aos nossos membros saúde, tranquilidade e segurança, para trabalhar em prol da nossa sociedade", afirmou o primeiro vice-presidente da CONAMP.